

Entre a assistência e a autogestão: a economia popular solidária da Cáritas¹

André Ricardo de Souza – Faap/SP

Pesquisador de pós-doutorado da PUC-SP/FAPESP

Resumo: A Cáritas é um organismo da Igreja Católica que apóia iniciativas populares de geração de trabalho e renda, chamadas PACs - Projetos Alternativos Comunitários. Os PACs estão presentes nas cinco regiões do país, compondo aquilo que a Cáritas chama de uma rede de economia popular solidária. Numa perspectiva de “caridade libertadora”, a despeito das contradições internas da igreja, essas unidades comunitárias vêm exercendo interessante papel educativo. Gradativamente, seus integrantes substituem a passividade de cunho assistencialista pela busca de autonomia política, através da participação nos fóruns e reuniões do movimento da economia solidária. **Palavras-chave:** Cáritas Brasileira, Economia Popular Solidária.

Abstract: The Caritas is an organism of the Catholic Church, which supports popular initiatives of work and income generation, named PACs - Communitarian Alternatives Projects. The PACs are settled in the five regions of Brazil, forming what Caritas calls a solidary popular economy network. In a perspective of “liberator charity”, in spite of the internal church’s contradictions, those communitarians unities have been playing an interesting educative hole. Gradually, their members have been replacing the paternalist passivity by a kind of political autonomy, by means of participation in forums and meetings of the solidary economy movement. **Key words:** Brazilian Caritas, Solidary Popular Economy

Origem institucional e modelos de caridade

A Cáritas é um organismo da Igreja Católica presente em 200 países e territórios, na forma de uma rede com nome de Cáritas Internationalis, sede no Vaticano e origem em 1897. Esta rede está subdividida em 7 regiões: América Latina e Caribe, África, Europa, Oceania, Ásia, América do Norte e a chamada MONA - Oriente Médio e Norte da África. Nessas diversas partes do globo, a Cáritas costuma agir em parceria com organismos

¹ Decorrente da tese de doutorado em sociologia *Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia*, defendida na USP, em março de 2006.

nacionais e internacionais, com enfoque na questão da defesa dos direitos humanos e numa perspectiva ecumênica. Ela detém o “status consultivo geral”, atribuído pelo Conselho Socioeconômico da Organizações das Nações Unidas.

A chamada Cáritas Brasileira foi fundada em 12 de novembro de 1956 e é reconhecida como entidade de utilidade pública federal, o que lhe permite fazer convênios com órgãos de governos.

Nos anos de 1970, contexto de proliferação das Comunidades Eclesiais de Base a Cáritas Brasileira ocupou um espaço próprio no espectro das pastorais sociais, se expandindo e estruturando nacionalmente. Desenvolveu-se a rede de Cáritas Diocesanas, composta por entidades de assistência social filiadas à Cáritas Brasileira. São escritórios de representação que funcionam nas sedes das cúrias diocesanas ou de órgãos de assistência social regional. Essas entidades são legalmente independentes, isto é, dispõem de personalidade jurídica própria, porém seguem as diretrizes emanadas da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, bem como das instâncias superiores da própria Cáritas.

No congresso de 2003, a Cáritas vivia o momento do “primeiro ano de um governo democrático e popular”, o que implicava bastante expectativa em relação à administração Lula, então recém-empossada. Três meses antes - em julho - haviam sido instituídos em Brasília, num processo de participação importante da Cáritas o Fórum Brasileiro de Economia Solidária e a Secretaria Nacional de Economia Solidária, órgão vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego. Nesse contexto, o II Congresso da Cáritas prioritariamente tematizou o governo Lula, levantando as seguintes questões:

Quais as possibilidades de um governo democrático e popular enfrentar ou mudar essa situação de profunda desigualdade social?

Como qualificar a contribuição da Cáritas no processo de transformação, a partir do seu lugar e enquanto organismo da igreja?

Quais as experiências que conhecemos e que apontam para um novo projeto de sociedade? O que elas trazem de novo?

No decorrer de sua trajetória, a Cáritas analisou suas ações, de modo a promover uma adjetivação da caridade por ela realizada. Ela desenvolveria três modelos distintos de

intervenção frente ao problema da carência alheia². Num primeiro momento, orientou-se por um modelo de caridade *assistencial*, caracterizado pelo atendimento individualizado às pessoas consideradas necessitadas e indefeças.

A Cáritas reconhece o valor do trabalho de assistência imediata às vítimas da pobreza extrema, bem como de outras mazelas humanas, como doença crônica, deficiência física, abandono familiar, entre outras. Entretanto, ela procura fazer uma distinção entre a assistência social e o chamado assistencialismo. Este último, seria uma forma demagógica, utilizada sobretudo por homens políticos, com interesse em tirar proveito da privação alheia. A Cáritas faz uma veemente condenação daquilo que ela classifica como “caridade interesseira”. Tal prática, que seria a outra face do paternalismo, teria provocado a deturpação do modelo assistencial de caridade e a manutenção da ordem conservadora ou *status quo* de pessoas e grupos sociais.

O modelo assistencial de caridade efetivamente prevaleceu na Cáritas até 1974, quando terminou o programa de distribuição de alimentos oriundos dos Estados Unidos³. O trabalho de assistência continuou posteriormente, porém numa outra chave interpretativa, que é a da *promoção humana*.

A questão da promoção humana se baseia na valorização da pessoa beneficiada pelo trabalho social, discursivamente encarada como um sujeito também, não mais apenas como um objeto de assistência. Nesta perspectiva, as pessoas assistidas “não mais recebem o peixe, mas a vara e o aprendizado da pesca”, ou, “recebem os instrumentos para escrever a própria história”.

Neste segundo modelo, intermediário, o compromisso do agente Cáritas é contribuir com as pessoas mais pobres, valorizando-as como indivíduos potencialmente ativos, sobretudo através do ensino de algo útil para a melhoria de suas condições de vida. Ainda não são analisadas as causas estruturais da pobreza, O que inevitavelmente conduz a uma interpretação fatalista dos problemas sociais. Entretanto, recorre-se aos documentos do

² O próprio nome da entidade, Cáritas, remete à origem latina da palavra caridade, que por sua vez provém do termo grego “ágape” - refeição de paz entre irmãos - ou seja, amor desinteressado pela humanidade e por Deus. A formulação dessa tipologia da caridade assumida pela Cáritas é atribuída por seus agentes ao padre José Pegoraro.

³ Essa doação, originária do processo de fundação da própria Cáritas Brasileira, era intermediada pela Catholic Relief Services, a entidade dos bispos norte-americanos incumbida de liderar um programa chamado *Alimentos para a Paz*, organizado no âmbito da tão criticada política americana da *Aliança para o Progresso*.

Concílio Vaticano II, aos quais são atribuídos uma convocação da igreja para o trabalho na linha da promoção humana dos marginalizados, em contraposição ao assistencialismo.

Conforme o *modelo promocional de caridade* adotado pela Cáritas, oferecer bens sem envolver o assistido num processo mais amplo de desenvolvimento social é um desperdício de tempo e de energia. A ênfase é no esforço para a superação da condição de inferioridade do assistido, agindo com ele. Nesta ótica, os conflitos são ainda interpretados como fatores de subdesenvolvimento, não como expressão das contradições estruturais da sociedade capitalista, algo que ocorreria posteriormente.

A perspectiva promocional inicia a mudança do foco no indivíduo para a comunidade na qual que ele se insere. No contexto de propagação das CEBs, na década de 1970, surgiram diversas ações coletivas em âmbito local - clubes de mãe, hortas coletivas, associações de moradores de bairro etc. - propiciando uma reflexão sobre a questão do desenvolvimento comunitário. No entanto, a Cáritas, bem como os demais segmentos progressistas da igreja no Brasil, vislumbrou a necessidade de avançar mais, numa perspectiva de politização, considerando a possibilidade de mudanças sociais abrangentes.

O terceiro modelo da Cáritas, *caridade libertadora*, tem um marco inicial no XI Congresso Latino-americano da entidade, ocorrido em Santo Domingo - República Dominicana - em 1986. Sua definição está num livro considerado importante na trajetória da Cáritas, *Mística e metodologia da caridade libertadora* (1991), que é resultado de três encontros nacionais promovidos por ela em 1990.

A caridade libertadora se baseia numa outra “mística/espiritualidade cristã”, já totalmente imbuída pelos valores e idéias da Teologia da Libertação. Ela decorre do amadurecimento do sentido da ação social dos agentes Cáritas, num trabalho articulado com as demais pastorais sociais, já então harmonizados numa mesma referência transcendental (Casaldáliga & Vigil, 1993).

Nesta terceira concepção de caridade desenvolvida pela Cáritas, foi assimilada uma noção dialética de sociedade, com nítida influência marxista. A partir dessa chave interpretativa, o grande mal social se traduz inequivocamente em pobreza, cujas causas são concretas, bem conhecidas e precisam ser enfrentadas. A pobreza é fruto das estruturas de exploração cultural e sobretudo econômica, com as quais é preciso romper para que uma

real transformação da sociedade seja possível. Com a formação dessa consciência, as práticas assistenciais e promocionais passam a ser vistas como residuais, pois caso recebam prioridade, nada mais serão do que paliativos.

A inflexão da noção de caridade da Cáritas se deu na esteira de mudanças significativas na igreja latino-americana. As CEBs ganharam legitimidade e força a partir das conferências episcopais de Medellín (1968) e Puebla (1979), em que a chamada pastoral popular foi privilegiada. Militantes católicos passaram a ter maior atuação em organizações sociais, como sindicatos e partidos políticos. Os países latino-americanos gradativamente abandonaram os regimes ditatoriais e a cultura política deles progressivamente mudou. Práticas paternalistas de outrora foram duramente criticadas. Esse processo influenciou significativamente a Cáritas, que “passou assimilar tais demandas da sociedade que ansiava por participação e democracia” (Adams, 2001: 119).

A Cáritas se colocou junto com outras entidades pastorais ao lado de movimentos da sociedade civil numa mobilização crescente por direitos cidadãos. Na década de 1980, já no ambiente de abertura democrática após a ditadura militar, os grandes marcos nesse sentido foram as manifestações pelas eleições diretas para a Presidência da República (1984) e os debates sobre a nova Constituição (1988). A caridade libertadora da Cáritas se desenvolveu nesse contexto de mobilizações amplas por cidadania plena, traduzida em direitos civis, sociais e políticos. No rol de reivindicações seriam incluídos, também nos anos de 1990, os direitos econômicos e ambientais, na busca de uma “sociedade economicamente justa, socialmente igualitária e politicamente democrática”⁴.

Todo esse processo de mudança na idéia de caridade desembocou invariavelmente na questão da participação popular na política, fazendo os agentes de pastoral recorrerem a uma afirmação conhecida do papa Paulo VI: “a política é a mais alta forma de caridade”⁵. De fato, além de caridade libertadora, passou-se a falar também em “caridade política”. Nesta reflexão sobre a caridade levada ao campo da política, a referência ética e jurídica internacional é a Declaração dos Direitos Humanos. Neste sentido, a Cáritas Brasileira vem participando com as demais pastorais sociais da organização de dois eventos relevantes: a

⁴ Lema disseminado no discurso dos agentes Cáritas.

⁵ Embora Frei Betto (2006: 296) atribua originalmente a Pio XI, que num discurso à Federação Universitária Italiana, em 1927, teria dito que o “domínio da política (...) é o campo mais vasto de caridade, da caridade política, da qual se pode dizer que nenhuma outra lhe é superior”.

Semana Social da CNBB (desde 1991) e o Grito dos Excluídos (desde 1995). Ao tratar da questão da representação política, teólogos, agentes Cáritas e das pastorais sociais reforçam o dever, “quase heróico às vezes”, do compromisso com os direitos dos pobres em qualquer circunstância (Comblin, 2005: 207-209).

Os projetos comunitários e a economia popular solidária

Os Projetos Alternativos Comunitários – PACs - são pequenas iniciativas populares, nascidas a partir do apoio financeiro dado pela Cáritas. A finalidade latente é o estímulo à vivência comunitária e à participação nas pastorais, bem como nos movimentos sociais. Os PACs são interpretados pela Cáritas como instrumentos pedagógicos para uma ação social de novo tipo, supostamente não paternalista, nem assistencialista. Eles seriam espécie de “escola” de cidadania, geradora de uma formação tanto profissional, quanto política.

A partir de uma avaliação ocorrida entre 1992 e 1994, a Cáritas classificou quatro tipos diferentes de PACs: 1- produção de mercadorias; 2- prestação de serviços; 3- apoio a movimentos populares (reivindicação de segmentos específicos); 4- apoio à ação de sindicatos, sobretudo rurais. A maioria desses grupos comunitários se localiza na zona rural. São formados por agricultores familiares, pequenos proprietários, agregados, arrendatários, meeiros, sem-terra e assentados, todos com prática de agricultura de subsistência e de pequena criação de animais, que muitas vezes não são atendidos por programas governamentais. Nas cidades, há uma gama de atividades, em que prevalece o trabalho artesanal, sobretudo com tecidos (Cáritas Brasileira, 1995; Bertucci, 1995).

Esses projetos comunitários da Cáritas fazem parte de uma estratégia maior de desenvolvimento supostamente integral, que responda a necessidades “econômicas ou materiais, culturais, afetivas, éticas e espirituais do ser humano”. Tal premissa estaria explícita nas encíclicas *Gaudium et Spes* (1965) e *Populorum Progressio* (1967). A religiosidade dos PACs se manifesta nas rezas em grupo e nas festas devocionais, em que seus integrantes costumam agradecer a Deus pelos resultados de seus trabalhos, além de pedirem forças e condições melhores para atividades vindouras, sobretudo para as lavouras vingarem. Segundo os agentes Cáritas, ocorre aí uma “espiritualidade libertadora” que

motiva para uma mudança de vida, tanto pessoal quanto social (Bertucci & Silva, 2003: 62).

A Cáritas portanto concebe os PACs com objetivos bastante além do ganho econômico de seus membros em si. Para isso, entretanto, ela parte da constatação de que a viabilidade e a eficácia econômica desses projetos é bastante limitada, dada a generalizada baixa qualificação técnica de seus integrantes e sobretudo a escassez de capital. A entidade assume essa deficiência de geração de renda propriamente dita, algo que quando ocorre tem um volume baixo, apenas complementar, ou seja, a maioria de seus membros não consegue garantir subsistência somente com o trabalho nos projetos. Por outro lado, a Cáritas proclama outras duas grandes finalidades dos PACs: o fortalecimento das relações comunitárias e o estímulo à participação de mulheres e jovens em organizações ditas populares.

A origem dos PACs é atribuída à organização crescente das pessoas assistidas pelos programas da Cáritas, na lógica da já predominante caridade libertadora. Os primeiros grupos comunitários teriam sido formados a partir desse impulso dos agentes Cáritas a fim de que eles deixassem de ser dependentes, buscando formas de auto-sustentação. A criação desses projetos se dá portanto a partir de uma generalizada motivação emancipatória. Um marco nesse processo foi o Seminário “O homem e a seca no Nordeste”, realizado, em Fortaleza, em 1981, que teria desencadeado a criação de PACs, como alternativa concreta de sobrevivência, diante da situação de extrema pobreza dos trabalhadores rurais (Bertucci & Silva, 2003: 14).

Secretariados da Cáritas na Região Nordeste foram instituídos nos anos de 1980, já nesse contexto de apoio à criação de projetos comunitários para a garantia de sobrevivência face à miséria no meio rural. Mesmo não provocando redução significativa da pobreza, os projetos nordestinos supostamente propiciaram algumas conquistas, como elevação de auto-estima e afirmação de seus membros como sujeitos conscientes de direitos.

Entre os anos de 1982 e 83, uma recessão econômica fez crescer bastante o desemprego no Brasil⁶. Houve proliferação de PACs nesse contexto. No Rio Grande do

⁶ Em resposta a essa crise surgiram movimentos populares, atuantes junto com as CEBs e que geraram formas novas e criativas de organização social (Doimo, 1995).

Sul, as primeiras unidades surgiram em 1983, no interior do estado. Neste período também, começaram a se formar projetos resultantes de articulação com sindicatos de trabalhadores rurais no Pará.

Nesse contexto de proliferação dos PACs por diversos estados, a Cáritas teve que se preparar para acompanhá-los a contento. Para isso, uma primeira avaliação foi feita, de modo a gerar a publicação *Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira* (1995). As principais atividades desse trabalho de acompanhamento dos PACs são: assessoria técnica na elaboração inicial dos projetos, reuniões de planejamento e avaliação, visitas periódicas e apoio à comercialização. Entre as dificuldades encontradas se destacam: limitação do número de agentes Cáritas, que em parte trabalham voluntariamente e em alguns casos têm dificuldade até de locomoção ao local onde o projeto se desenvolve.

Entre os PACs urbanos, vem crescendo em quantidade e tamanho os projetos de coleta seletiva e reciclagem de resíduos sólidos, considerados lixo. Eles atuam diretamente com pessoas sem domicílio fixo, comumente atendidas pela Pastoral de Rua de grandes cidades brasileiras⁷.

Uma questão perpassa os vários tipos de projetos comunitários: a do financiamento. Os fundos de financiamento dos PACs e também de funcionamento da própria estrutura da Cáritas Brasileira, são compostos através das arrecadações da Campanha da Fraternidade (CF) e outras da própria igreja, de doações vindas de colaboradores permanentes e dos aportes oriundos de acordos de cooperação internacional. No trabalho de apoio aos projetos comunitários, a Cáritas procura somar seus próprios recursos com os de outras fontes, sobretudo de instâncias do poder público, de modo a propiciar o desenvolvimento deles. Com essa proposta de trabalho, verificou-se num levantamento entre 1995 e 2000 que 1004 PACs foram apoiados, envolvendo cerca de 57 mil pessoas em atividades produtivas e outras de formação profissional.

⁷ Um exemplo significativo é a ASMARE - Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Material Reciclável. Fundada em Belo Horizonte, em 1990, depois de um trabalho pastoral específico com os chamados “moradores de rua”, essa associação com cerca de 200 membros conta com o apoio importante da Cáritas.. As cooperativas desse tipo costumam discutir alternativas a problemas comuns de seus membros, com destaque para o alcoolismo e a falta de moradia.

A Cáritas reiteradamente ressalta o valor de mobilização social e formação política dos PACs, a despeito dos limitados resultados, do ponto de vista econômico. Argumenta, por exemplo, que eles atuam como instrumento de resistência e fixação dos trabalhadores rurais na terra, “em luta pela reforma agrária junto com a Comissão Pastoral da Terra e o MST”. Entretanto, algo parece mudar nos últimos anos no que se refere à racionalidade econômica aplicada aos projetos comunitários. Após uma profunda reflexão sobre a formação e atuação dos PACs, a Cáritas decidiu dar a eles maior atenção e projeção, cunhando o termo *Economia Popular Solidária*, que foi assumido como uma de suas Linhas de Ação (linha 4) para o quadriênio 2000-2004.

20 anos de Economia Popular Solidária: a trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS (2003), é o livro que sintetiza o processo de desenvolvimento dos projetos comunitários numa perspectiva mais ampla, enquanto parte já de um movimento nacional chamado economia solidária. Ele fornece dados relevantes para a compreensão de como a Cáritas assimilou essa perspectiva de trabalho, assumindo uma nova linha de ação. Através de sua leitura e também de sistemática pesquisa de campo, foi possível compreender esse processo.

Até o final dos anos de 1980, os recursos da Cáritas eram repassados aos grupos comunitários na condição de fundo perdido, respeitando apenas alguns critérios de organização dos projetos estabelecidos pela própria entidade. A partir de 1989, alguns secretariados regionais iniciaram o debate sobre a necessidade de repartição de uma “responsabilidade financeira” com os próprios projetos, no sentido de dar sustentação aos fundos de apoio. Era uma preparação para a grande mudança que viria mais tarde.

Na década de 1990, com o fim da Guerra Fria, os países do hemisfério norte voltaram suas atenções para o leste europeu e também para os países com intenso fluxo migratório para a Europa. Com isso, houve um declínio do volume de recursos da cooperação internacional destinados à América Latina. Entidades internacionais de legitimidade social e renome, como Médicos sem Fronteiras e *Greenpeace*, passaram a disputar acirradamente os limitados recursos disponíveis. As instituições colaboradoras, por sua vez, começaram a exigir mais e melhores resultados dos recursos aplicados nos países em desenvolvimento (ABONG, 1996: 2-28).

Nesse contexto, tanto a Cáritas quanto suas entidades parceiras internacionais - Misereor, Zentratstelle, Fur Entwicklungshilfe, Cordaid, Entraide e Fraternité - passaram a realizar avaliações sistemáticas sobre o desenvolvimento dos PACs. Esses projetos começaram a receber uma outra compreensão, enquanto iniciativas produtivas capazes de propiciar geração de renda a seus membros, desenvolvimento social e auto-sustentabilidade.

A partir de 1996, os secretariados regionais da Cáritas apoiados pela Misereor e que dispunham de fundos de financiamento a projetos comunitários, passaram a estabelecer em seus planos trienais critérios rígidos de acesso aos recursos: volume, prazo de reembolso, taxas etc. Nesse mesmo período, ocorreu no Brasil uma multiplicação das experiências chamadas de micro-crédito. Os critérios de financiamento estabelecidos pelas organizações de cooperação internacional e as perspectivas geradas em torno do micro-crédito em relação às iniciativas de geração de trabalho e renda, resultaram profundas mudanças nos fundos de apoio aos PACs, geridos pela Cáritas.

Inicialmente, a Cáritas Brasileira concebia os projetos comunitários a partir de uma lógica não mercantil, ou seja, eles deveriam ser apoiados conforme o critério da *necessidade* das pessoas atendidas, o que contraria as regras de funcionamento do sistema financeiro capitalista. Havia uma perspectiva crítica ao mercado capitalista, ideologicamente bem demarcada. Provém daí a dificuldade em aceitar algumas das novas regras a respeito do gerenciamento dos fundos de apoio. O debate se dava sobretudo sobre as regras de devolução dos recursos tomados pelos projetos comunitários.

O que na década de 1980 era apenas uma preocupação de natureza pedagógica em relação à devolução dos recursos tomados dos fundos, tornou-se uma prática obrigatória e externamente estabelecida. Ou seja, antes se discutia a importância da reposição de recursos para fins do crescimento da responsabilidade, superação do paternalismo e formação de consciência autônoma, agora era preciso obedecer às regras inevitavelmente ditadas de cima para baixo. Os fundos passaram a exigir restituição total do crédito destinado aos projetos produtivos e um percentual menor para os projetos de infra-estrutura comunitária e social. Com essas diretrizes, os fundos regionais da Cáritas passaram a se chamar Fundos Rotativos Solidários e Fundos de Mini-Projetos (Bertucci & Silva, 2003: 28).

Em função dessa realidade, a Cáritas deu maior importância ao acesso a outros fundos, de diferentes origens - instituições públicas, fundações privadas e campanhas variadas - para apoiar os grupos comunitários. Um documento intitulado *Proposta de acordo de transição das relações da Cáritas com a Misereor*, elaborado numa reunião nacional em 1999, expressou essa nova condição da Cáritas, estimulando inclusive a participação nos Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade, provenientes das Campanhas da Fraternidade, da CNBB.

De fato, o acesso ao Fundo Nacional de Solidariedade (FNS) da Campanha da Fraternidade, a partir de 1999, marcou uma nova fase na organização interna da Cáritas, incumbida de gerenciar um volume adicional de recursos. Entre 1999 e 2000, foram apoiados 252 projetos comunitários com os recursos desse fundo. Num levantamento referente aos anos de 1995 a 2000, verificou-se que houve um investimento de aproximadamente 7 milhões de reais nos PACs. Registrou-se também nesse período um significativo incremento das atividades produtivas - artesanal, agrícola, pecuária e serviços - com destaque para a agregação de valor aos produtos gerados - beneficiamento da produção, montagem de pequenas fábricas etc..

Em relação à busca de acesso a recursos públicos, a Cáritas efetivamente se engajou em algumas tarefas, agindo como espécie de representante político dos projetos comunitários e conseqüentemente falando em nome dos interesses deles. Isso se deu através da participação em conselhos de gestão de políticas públicas, como os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural, que decidem sobre a aplicação dos recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF). Esse foi o caso também em relação ao acesso a recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e, na questão específica da multiplicação de cisternas para enfrentamento da seca na região semi-árida nordestino, da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e do Banco do Nordeste.

Antes de procurar diversificação das fontes de financiamento, a Cáritas já promovia uma reflexão mais aprofundada a respeito dos PACs, o que a levou a concebê-los como parte de algo maior, traduzido no termo *economia popular solidária*. A expressão se

difundiu através de seminários e encontros regionais, que desencadearam a formação de redes de ajuda mútua.

O termo 'popular' se justifica pela opção de trabalho com os chamados excluídos do mercado de trabalho, em outras palavras, os mais pobres da sociedade. A Cáritas preconiza o uso do termo para que o cooperativismo fomentado por ela não seja confundido com aquele tradicionalmente instalado no país, caracterizado sobretudo pela grande quantidade de membros, numa forma de gestão que não se diferencia de uma grande empresa convencional. Nessas cooperativas há relativamente pouco sócios-cooperados e muitos empregados. O 'popular' denota uma conotação essencialmente democrática, ideológica e discursivamente construída de baixo para cima.

A expressão economia popular solidária (EPS) se fixou de uma tal forma que a Cáritas elaborou um quadro comparativo dela em relação aos predecessores PACs, pensados aqui de forma isolada e também à oponente economia capitalista. Tal quadro é freqüentemente utilizado em seminários e encontros de formação dos agentes Cáritas e integrantes de projetos comunitários:

<i>Aspectos</i>	<i>Economia capitalista</i>	<i>PACs</i>	<i>EPS</i>
<i>Lógica</i>	Acumulação / Lucro	Auto-sustentação comunitária	Ampliação da qualidade de vida
<i>Relações internas</i>	Patrão X Empregado	Distribuição comunitária das tarefas	Autogestão cooperativa
<i>Protagonismo</i>	Representações empresariais	Representações comunitárias	Organização do movimento da EPS
<i>Educação</i>	Para a competitividade / individualista	Para a solidariedade comunitária	Para a solidariedade em rede
<i>Projeto de</i>	Monopolista	Promoção humana	Desenvolvimento

<i>desenvolvimento</i>	predatório do meio-ambiente e das pessoas	local	sustentável
<i>Políticas</i>	Excludentes e compensatórias	Relações comunitárias	Fortalecimento de redes e de suas representações
<i>Cadeia produtiva</i>	Rede de competição e exploração monopolística	Subsistência sem articulação	Rede de complementaridade solidária

(Bertucci & Silva, 2003: 70)

Gradativamente, a Cáritas Brasileira faz da economia solidária uma opção importante de trabalho ao qual ela se refere, sobrepondo o uso do termo *solidariedade* ao da *caridade*. A valorização da questão da reciprocidade entre agente Cáritas e “assistido” pelos programas aí é fundamental. Acredita-se que o debate sobre o tema da autogestão, que é central na proposta da economia solidária, colabore para a descentralização do processo de tomada de decisões na Cáritas, orientado-se cada vez mais pelo princípio da colegialidade.

Mas, estatutariamente, o presidente nacional da Cáritas é sempre um bispo e a entidade é atada orgânica e formalmente à CNBB. Ou seja, ainda que uma cultura democrática ou “autogestionária” esteja em desenvolvimento, a relação com uma instituição altamente consideravelmente vertical e hierarquizada, como é a Igreja Católica, cujo poder parece cada vez mais centralizado no Vaticano, certamente tem implicações inquietantes.

A primeira encíclica publicada por Bento XVI 25 de janeiro de 2006, que recebeu o título *Deus Caritas Est* trata na primeira parte do amor entre homem e mulher, do grego “eros”, uma relação consoante ao monoteísmo, portanto monogâmica, que gera frutos (filhos), diferente portanto da relação homossexual⁸. Na segunda parte, o papa tematiza a

⁸ É notável o empenho da igreja, sob o comando deste pontífice, no combate ao homossexualismo entre os clérigos, dada a profusão de escândalos, envolvendo sobretudo pedofilia nos Estados Unidos. Daí a grande preocupação com o processo de escolha de seminaristas e de formação dos novos padres, um dos motivos

“ágape”, ou seja, a caridade propriamente dita. Ele reconhece a mudança profunda no cristianismo, desde a prática do modo vida social radicalmente igualitário, afirmando inclusive que a igreja demorou a apontar as contradições do capitalismo industrial, fazendo-o somente ao final do século XIX. Mas sua encíclica propõe a participação dos católicos no enfrentamento de problemas sociais de forma individualizada ou comunitária, promovendo obras caritativas, sem estar sujeita a influências ideológicas, sobretudo a marxista. Ou seja, propõe algo despolitizado, que se pode chamar até de assistencialista. Neste sentido, em termos de avaliação política do mundo, o documento papal torna explícito um movimento da igreja de volta aos tempos anteriores a João XXIII, pré-Concílio Vaticano II.

Em meio a essas contradições institucionais mais amplas, da igreja mundial - tal como as atividades das CEBs e das pastorais sociais brasileiras - a inspiração política de esquerda prossegue no trabalho da Cáritas de apoio aos empreendimentos de economia solidária.

pelos quais dom Cláudio Hummes, reconhecido pelo Vaticano como competente formador de presbíteros, foi escolhido para ser prefeito para a Congregação para o Clero.

Referências Bibliográficas

- ABONG. “Um olhar sobre as agências”. *Cadernos ABONG*. São Paulo, ABONG, maio, nº 13, 1996, p. 2-28.
- ADAMS, Telmo. *Prática social e formação para a cidadania: Cáritas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da PUC-RS, 2001.
- BERTUCCI, Ademar de Andrade. *A construção do sujeito no contexto dos excluídos: o caso dos Projetos Alternativos Comunitários - PACs da Cáritas Brasileira*. Dissertação de mestrado em política social. Brasília, UnB, 1995
- ____ & SILVA, Roberto Marinho Alves. *20 anos de economia popular solidária: trajetória da Cáritas Brasileira dos PACs à EPS*. Brasília, Cáritas Brasileira, 2003.
- BETTO, Frei. *A mosca azul: reflexão sobre o poder*. Rio de Janeiro, Rocco, 2006.
- CÁRITAS BRASILEIRA, *Mística e metodologia da caridade libertadora*. São Paulo, Loyola, 1991.
- ____ *Sobrevivência e cidadania: avaliação qualitativa dos projetos alternativos da Cáritas Brasileira*. Brasília, Editora da UnB, 1995.
- CASALDÁLIGA, Pedro & VIGIL, José Maria. *Espiritualidade da libertação*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- COMBLIN, José. *O caminho: ensaio sobre o seguimento de Jesus*. São Paulo, Paulus, 2005.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
- SOUZA. André Ricardo de. *Igreja, política e economia solidária: dilemas entre a caridade, a autogestão e a teocracia*. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo, USP, 2006.